

Ascenty

A Digital Realty and Brookfield Infrastructure JV

Ascenty Data Centers e Telecomunicações S.A.

CNPJ/MF nº 13.743.550/0001-42

Relatório da Administração

Prezados Stakeholders,

Ao encerrarmos o ciclo de 2024, é com orgulho que compartilhamos os avanços que definiram mais um capítulo na trajetória da Ascenty. O ano foi marcado por conquistas significativas, parcerias estratégicas e a reafirmação do nosso compromisso com a inovação, a sustentabilidade e a excelência no atendimento aos nossos clientes. **Expansão e inovação como pilares do crescimento:** No Chile, avançamos na construção do terceiro data center em Santiago, o Santiago 3, com 16 MW de capacidade. Além disso, lançamos o Google Cloud Interconnect no país, reforçando nosso compromisso com conectividade de alta qualidade e redundância para nossos clientes. Consolidamos nossa presença na América Latina com o lançamento do ServiceFabric™ no Brasil, uma plataforma de orquestração de serviços que interconecta fluxos de trabalho, aplicativos, nuvens e ecossistemas na PlatformDIGITAL®, da Digital Realty. Essa iniciativa fortaleceu nosso posicionamento em interconexão, além de abrir novas possibilidades para clientes que buscam baixa latência e performance superior em aplicações de inteligência artificial e computação de alto desempenho. **Parcerias estratégicas e colaboração global:** Com a Dell Technologies, consolidamos uma oferta conjunta que combina nossos serviços de colocation com as soluções as a service da Dell, como o Dell APEX Subscriptions, permitindo maior flexibilidade e eficiência para atender as demandas de IaaS do mercado. Unimos forças com a WideLabs para disponibilizar ao mercado global a LLM Amazônia IA, uma plataforma de inteligência artificial brasileira, por meio do ServiceFabric™, com um forte foco em privacidade, segurança e sustentabilidade. Já com a DE-CIX, uma das principais operadoras de Internet Exchange do mundo, fortalecemos nossa infraestrutura de interconexão. Essa colaboração permitirá reduzir a latência e aprimorar a experiência do usuário final em serviços sensíveis, como streaming e acesso em tempo real a conteúdos críticos. Em complemento aos novos projetos de 2024, mantemos nosso foco na parceria estratégica e no atendimento com excelência aos clientes de longo prazo. **Reconhecimentos e novos marcos:** Em 2024, conquistamos mais de 100 novos clientes, fortalecendo nossa posição como líder em soluções de conectividade e colocation na América Latina. Também fomos mais uma vez reconhecidos por nossa excelência operacional. Nosso projeto Expansão Hortolândia 5 – Um projeto a favor da sustentabilidade conquistou o prêmio de Environmental Impact no DCD Awards, um marco de nossa atuação ESG. Mantivemos o Selo Ouro no Programa GHG Protocol, evidenciando nosso compromisso em eficiência energética. No quesito satisfação do cliente, pelo sétimo ano consecutivo, ficamos na zona de excelência do NPS. A confiança de nossos clientes também se refletiu no Gartner Peer Insights, onde nossas soluções receberam avaliações de cinco estrelas, com destaque para confiabilidade e infraestrutura. **Agradecimentos e perspectivas para o futuro:** Encerramos o ano com uma equipe ampliada, agora composta por 900 colaboradores, que são a base do nosso sucesso e representam nosso compromisso com o crescimento contínuo. Agradecemos o empenho e a dedicação de cada colaborador, cuja ética, agilidade, comprometimento e flexibilidade impulsionam nossa trajetória. Também expressamos nossa gratidão pela confiança de nossos clientes e parceiros, que tornam nosso progresso possível. Com resiliência e visão de futuro, seguimos rumo a 2025, prontos para enfrentar novos desafios, explorar novas oportunidades e consolidar ainda mais nossa posição de destaque no mercado. Atenciosamente, Liderança da Ascenty.

Balanco Patrimonial para os exercicios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

	Nota	2024	Consolidado 2023	2024	Controladora 2023
Ativos					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	12	85.705	86.139	20.677	13.015
Investimentos financeiros	13	853.178	423.890	853.178	423.890
Instrumentos financeiros derivativos	14	241.856	178.411	200.297	142.143
Contas a receber	15	318.629	307.470	296.028	282.103
Estoques		9.645	4.767	9.545	4.767
Imposto de renda e contribuição social		77.273	52.452	75.515	51.803
Impostos a recuperar	16	126.135	33.952	81.699	26.679
Outros ativos		25.124	21.833	23.573	20.941
Total de ativos circulantes		1.737.545	1.108.914	1.560.512	965.341
Não Circulante					
Realizável a longo prazo					
Instrumentos financeiros derivativos	14	45.556	63.620	45.556	63.448
Impostos recuperáveis	16	16.197	18.530	16.197	18.530
Ativos fiscais diferidos	11	1.557	1.532	–	–
Outros ativos		26.900	26.346	39.882	33.144
Total realizável a longo prazo		90.210	110.028	101.635	115.122
Investimentos	26	–	–	423.630	464.436
Imobilizado	18	5.707.114	5.273.978	4.410.622	4.509.268
Ativos de direito de uso	19.1	303.951	327.108	303.951	327.108
Ativos intangíveis		26.873	18.525	26.539	18.044
Total de ativos não circulantes		6.128.148	5.729.639	5.266.377	5.433.978
Total do ativo		7.865.693	6.838.553	6.826.889	6.399.319

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

	Nota	Capital social	Reservas	Reserva de pagamento baseado em ações	Outros resultados abrangentes (ORA)	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2022							
Aumento de capital		1.557.638	(957.727)	–	124.027	(175.808)	548.130
Pagamento baseado em ações		346.922	–	–	–	–	346.922
Lucro líquido do exercício	24.3	–	–	27.236	–	–	27.236
Outros resultados abrangentes do exercício	24.2	–	–	–	(161.002)	–	(161.002)
Saldo em 31 de dezembro de 2023		1.904.560	(957.727)	27.236	(36.975)	(13.633)	923.461
Aumento de capital	24.1	349.520	–	–	–	–	349.520
Pagamento baseado em ações	24.3	–	–	7.322	–	–	7.322
Prejuízo líquido do exercício		–	–	–	–	(855.609)	(855.609)
Outros resultados abrangentes do exercício	24.2	–	–	–	(407.308)	–	(407.308)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		2.254.080	(957.727)	34.558	(444.283)	(869.242)	17.386

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais.

Demonstração dos Fluxos de Caixa para os anos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

	Nota	2024	Consolidado 2023	2024	Controladora 2023
Resultado antes dos tributos sobre o lucro					
		(802.117)	214.115	(802.215)	214.115
Ajuste para:					
Depreciação de ativos	9	506.760	454.172	459.863	410.776
Amortização de intangível	9	5.328	4.419	5.134	4.216
Resultado na baixa de ativo imobilizado e ativo de direito de uso		11.879	(6.613)	11.872	(6.613)
Provisão para perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	15	959	656	910	656
Juros sobre empréstimos e financiamentos e passivo de arrendamento		506.288	375.780	483.734	352.743
Amortização de custo de transação dos empréstimos e financiamentos	20	64.065	24.943	60.329	22.534
Receita diferida		(34.389)	(42.518)	(31.394)	(41.897)
Provisão para contingências	23	529	1.825	529	1.825
Varição cambial não realizada		942.680	(282.618)	856.030	(272.010)
Mudanças no valor justo dos derivativos		3.287	(157.594)	11.133	(152.765)
Mudanças no valor justo das aplicações financeiras	(112.533)	11.934	(112.533)	11.934	–
Pagamento baseado em ações	24	7.322	27.236	7.322	27.236
Resultado da equivalência patrimonial	26	–	–	103.799	42.218
Movimentações dos ativos e passivos operacionais					
Contas a receber		(8.888)	(10.413)	(14.835)	(13.093)
Outros ativos		(9.965)	(6.463)	(9.370)	(9.717)
Instrumentos financeiros derivativos – ativos		(90.420)	88.194	(89.697)	89.533
Impostos a recuperar		37.037	32.290	(32.348)	29.174
Estoques		(4.878)	2.143	(4.778)	2.143
Fornecedores		(156.111)	(113.029)	(104.887)	(102.541)
Instrumentos financeiros derivativos – passivos		64.706	73.342	64.701	60.458

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

– A Ascenty Data Centers e Telecomunicações S.A. (“Companhia” ou “Ascenty Data Centers”) constituída em 5 de maio de 2011, é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada na cidade de Vinhedo, Estado de São Paulo, Brasil. As Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia compreendem a Companhia e suas subsidiárias Ascenty Chile SpA e Ascenty DC US LLC (conjuntamente denominadas “Grupo”). O Grupo tem como principais atividades: a) prestação de soluções relativas à disponibilização de espaço físico para guarda e armazenamento de equipamentos especializados em processamento e armazenamento de dados; b) fornecimento de soluções de infraestrutura para armazenamento de equipamentos de processamento e armazenamento de dados; c) fornecimento de soluções de porta “Internet Protocol (IP)”; d) fornecimento de soluções de telecomunicações por quaisquer meios que possibilitem a oferta de capacidade de transmissão; e) fornecimento de soluções de disponibilização e aluguel das suas redes de telecomunicações, bem como fornecimento de soluções de cabo e fibra ótica. **Controladora:** A Ascenty Chile SpA (“Ascenty Chile”), constituída em 21 de outubro de 2016 e diretamente controlada pela Ascenty Data Centers, que detém 100% de suas ações, é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de Santiago, Chile. A Ascenty DC US LLC (“Ascenty US”), constituída em 28 de dezembro de 2023 e diretamente controlada pela Ascenty Data Centers, que detém 100% de suas ações, é uma empresa privada com sede em Flórida, Estados Unidos. **Controladora direta e controladora final:** A Companhia é controlada diretamente pela Ascenty Holding Brasil S.A., que detém 100% de suas ações, e é indiretamente controlada pela Stellar JV, LP (“Stellar JV”), uma joint venture entre a Digital Realty Trust, Inc. e a Brookfield Infrastructure. Adicionalmente às operações no Brasil e no Chile, a Ascenty tem operações no México e na Colômbia através de duas entidades operacionais sob controle comum da Stellar JV (coletivamente denominadas “Grupo Ascenty”). **2. Declaração de conformidade** – As demonstrações financeiras consolidadas e individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”) e também de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro International Financial Reporting Standards (“IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standard Board (“IASB”). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e apresentadas de forma consistente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”). A emissão das demonstrações financeiras consolidadas e individuais da Companhia foi autorizada pela Administração em 31 de janeiro de 2025. **3. Moeda funcional e moeda de apresentação** – Estas demonstrações financeiras consolidadas e individuais são apresentadas em Reais (“BRL”), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os valores foram arredondados para o milhar mais próximo, salvo indicação em contrário. A moeda funcional da controlada estrangeira Ascenty Chile SpA é o Peso Chileno (“CLP”). **Transações e saldos em moeda estrangeira:** As transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pela taxa de câmbio média do período do relatório. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do balanço. Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para Reais às taxas de câmbio da data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para Reais às taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ajustes de conversão resultantes são reconhecidos em conta específica de outros resultados abrangentes, denominada “Variação cambial de investimento no exterior”. **Operações no exterior?** Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para Reais às taxas de câmbio da data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para Reais às taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ajustes de conversão resultantes são reconhecidos em conta específica de outros resultados abrangentes, denominada “Variação cambial de investimento no exterior”. **4. Uso de julgamentos e estimativas** – Na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas e individuais, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. As incertezas relacionadas a essas premissas e estimativas possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos em períodos futuros. As estimativas e premissas são monitoradas continuamente pela Administração e revisadas em cada data de reporte. Os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre os julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis, que poderiam afetar materialmente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais, estão incluídas na seguinte nota explicativa: – Nota 18 – as vidas úteis do ativo imobilizado são revisadas anualmente ao final do exercício, para validar se permanecem consistente com o uso contínuo dos ativos nos negócios do Grupo. As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas, que poderiam afetar materialmente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais, estão incluídas nas seguintes notas explicativas: – Nota 15 – mensuração da perda de crédito esperada para o contas a receber, incluindo a determinação do fator de perda esperada por vencimento e avaliação de risco das contrapartes. – Nota 23 – reconhecimento e mensuração da provisão para perdas com contingências; premissas chave quanto a probabilidade e magnitude do desembolso de recursos. – Nota 6.7 – Mensuração do valor justo de instrumentos financeiros derivativos. – Nota 6.11 – mensuração do valor

5. Mensuração do valor justo

– Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. O Grupo utiliza dados observáveis de mercado, quando disponíveis, para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo. Os valores justos são classificados em diferentes níveis numa hierarquia com base nos dados utilizados nas técnicas de avaliação da seguinte forma: – Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados para ativos e passivos idênticos. – Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são diretamente (por preço) ou indiretamente (derivados de preços) observáveis para um ativo ou passivo; e – Nível 3: inputs, para um ativo ou passivo que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia de valor justo nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais no final do período em que ocorreram as mudanças. A tabela a seguir mostra os valores contábeis e os valores justos de ativos e passivos financeiros, incluindo seus níveis na hierarquia de valor justo. Ela não inclui informações de valor justo para ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo (mensurados ao custo amortizado) se o valor contábil for uma aproximação razoável do valor justo.

Consolidado

	2024	2023
Valor justo contábil	Valor justo contábil	Valor justo contábil
Nível 2	Nível 2	Nível 2
Ativos financeiros mensurados pelo valor justo		
Investimentos financeiros	853.178	853.178
Instrumentos financeiros derivativos	287.412	287.412
Total	1.140.590	1.140.590
Ativos financeiros mensurados pelo valor justo		
Instrumentos financeiros derivativos	617.719	617.719
Total	617.719	617.719
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	6.502.365	6.399.867
Passivo de arrendamento	365.353	344.645
Total	6.867.718	6.744.512

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

5.029.682

continuação

financeiras consolidadas e individuais, exceto quando indicado de outra forma. **6.1. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras consolidadas e individuais foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma. **6.2. Base de consolidação:** Controlada: O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obteve o controle até a data em que o controle deixar de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pelo Grupo. Quando necessário, as demonstrações financeiras da controlada são ajustadas para adequar as suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo. **Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas (exceto para ganhos ou perdas em transações em moeda estrangeira) derivadas de transações intragrupo, são eliminadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com entidade controlada registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução do valor recuperável. As transações nos saldos, receitas e despesas com as controladas são eliminadas integralmente nas Demonstrações Financeiras Consolidadas. **6.3. Reconhecimento de receitas:** A maior parte das receitas do Grupo é derivada de fluxos de receitas recorrentes, consistindo principalmente em (1) colocation, que se refere à disponibilidade de espaço e energia no data hall; (2) aluguel de infraestrutura de fibra apagada; (3) serviços de telecomunicações e (4) outras receitas. Os contratos de colocation, principal linha de receita, contêm componentes de arrendamento

Principais linhas de produtos	Natureza	Momento do reconhecimento da receita com clientes
Disponibilização de espaço e infraestrutura ("Colocation")	Prestação de soluções referente à disponibilização de espaços com infraestrutura em salas individuais (data halls), ou em racks (gabinete), equipados com infraestrutura adequada (energia elétrica redundante, sistemas de refrigeração, conectividade e segurança). Espaço específico e delimitado é disponibilizado aos clientes para armazenar seus recursos de IT e telecomunicações. Os valores desse produto são geralmente determinados pelo megawatt consumido pela infraestrutura, o que indica o nível de utilização pelo cliente. Por se tratar de um produto recorrente, a receita de colocation é reconhecida em mensalmente conforme o espaço e infraestrutura é utilizado pelo cliente.	Receita é substancialmente reconhecida quando o espaço e os componentes da infraestrutura são consumidos pelo cliente. O Grupo inicia o reconhecimento de receita no momento em que a infraestrutura está disponibilizada e preparada para utilização do cliente conforme seus requerimentos. O contratos de colocation para uso do espaço (data hall) são reconhecidos de forma mensal conforme as soluções são consumidas durante o período do contrato ("straight-line").
Serviços de telecomunicações e locação de infraestrutura de fibra apagada ("Dark fiber")	As receitas incluem a contratação de capacidade de transmissão fixa e por meio de fibra óptica. O valor da receita mensal se dá com base na capacidade negociada através do contrato.	Receita é substancialmente reconhecida quando o controle dos serviços é transferido ao cliente. Os faturamentos são emitidos e reconhecidos de acordo com a data de aceite das soluções de negócio. Os serviços são prestados mensalmente, de acordo com os contratos.
Outras receitas	As demais linhas de receita do Grupo incluem linhas não-recorrentes, como receitas de instalação, serviços de configuração e gerenciados e outros serviços prestados.	Outras receitas são itens não recorrentes, geralmente pagos pelos clientes de forma antecipado como os casos de receitas de instalação. Nesses casos, a contraprestação antecipada é diferida e reconhecida como receita durante o prazo do contrato. Prestação de serviços e venda de equipamentos são reconhecidos como receita quando o serviço é prestado ou produto entregue.

6.4. Redução ao valor recuperável (impairment) : Ativos financeiros não-derivativos: O Grupo reconhece uma provisão para perdas esperadas de crédito para todos os ativos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado. Para o contas a receber, o Grupo aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas esperadas de crédito. Com isso, o Grupo não monitora as alterações no risco de crédito, mas em vez disso reconhece uma provisão para perdas com base nas perdas esperadas de crédito em cada data de reporte. O Grupo determinou uma matriz de provisão baseada na sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos das contrapartes e do ambiente econômico. **Ativos não financeiros:** Em cada data de reporte, o Grupo revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques e ativos contratuais) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso seja identificado algum indicador, o valor recuperável do ativo é determinado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entrendas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado do exercício. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ativo alocado a uma UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável, exceto a relacionada a goodwill, é revertida apenas na medida em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida anteriormente. O Grupo não identificou indicadores relacionados à não recuperabilidade dos ativos não financeiros em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e, portanto, nenhum teste específico relacionado à recuperabilidade dos ativos foi necessário. **6.5. Imposto de renda:** A despesa com imposto de renda compreende os impostos correntes e diferidos. É reconhecido nos resultados, exceto na medida em que se relaciona com itens reconhecidos diretamente no capital próprio ou em outros resultados abrangentes. O Grupo determinou que os juros e multas relacionados com imposto de renda não cumprem a definição de imposto sobre o rendimento e contabiliza-os de acordo com CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (IAS 37 – Provisions Contingent Liabilities and Contingent Assets). **Tratamentos fiscais incertos:** Para questões de imposto de renda, é reconhecido um ajuste ao imposto de renda quando o Grupo avalia, com o auxílio de seus assessores jurídicos, que existe uma incerteza sobre os tratamentos de imposto de renda adotados durante os exercícios fiscais sujeitos a exames das autoridades fiscais, ou em discussões em instâncias administrativas ou judiciais com autoridades fiscais, que não seja provável ser aceita por decisões do tribunal de última instância. **Imposto de renda corrente:** O imposto corrente compreende o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste ao imposto a pagar ou a receber relativo a exercícios anteriores. O valor do imposto corrente a pagar ou a receber é a melhor estimativa do valor do imposto que se espera pagar ou receber que reflete a incerteza relacionada com o mesmo, se existir. O imposto é mensurado utilizando as taxas de imposto vigentes na data do balanço. O imposto corrente inclui também qualquer imposto proveniente de dividendos. Ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se determinados critérios forem atendidos. **Imposto de renda diferido:** Os impostos diferidos são reconhecidos relativamente às diferenças temporárias entre os saldos contábeis dos ativos e passivos contidos nas demonstrações financeiras e os saldos considerados para fins tributários. O imposto diferido não é reconhecido para: – Diferenças temporárias no reconhecimento inicial de ativos ou passivos numa transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo contábil e fiscal; – Diferenças temporárias relacionadas com investimentos em controlada, coligadas e controladas em conjunto na medida em que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e seja provável que não serão revertidas num futuro previsível; e – Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial do goodwill. Para um arrendamento específico, as diferenças temporárias de um ativo de direito de uso e de um passivo de arrendamento são consideradas pela base líquida (o arrendamento) para fins de reconhecimento do imposto diferido. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação a prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Os ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e baixados na medida em que sua realização não seja mais provável. O imposto diferido é mensurado com base na taxa de imposto que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, com base nas taxas de imposto que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data do balanço. A mensuração dos impostos diferidos reflete as consequências fiscais alinhadas às expectativas do Grupo quanto à recuperação ou liquidação do valor contábil dos seus ativos e passivos. Caso o montante das diferenças temporárias tributáveis seja insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, será considerado o lucro tributável futuro ajustado pela reversão das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia e de suas controladas individualmente. **6.6. Instrumentos financeiros: 6.6.1. Reconhecimento e mensuração inicial:** As contas a receber e as aplicações financeiras são reconhecidas inicialmente na data em que foram originadas. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (exceto contas a receber sem componente significativo de financiamento) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. As contas a receber sem componente significativo de financiamento são mensuradas inicialmente pelo preço da transação. **Ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outro resultado abrangente (VJORA) ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a menos que o Grupo altere o modelo de negócio de gestão dos ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação das demonstrações financeiras subsequentes à alteração do modelo de negócio. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender às seguintes condições e não for designado como mensurado ao VJR: – É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e – Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa relacionados apenas ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um investimento financeiro é mensurado pelo VJORA se atender às seguintes condições e não for designado como mensurado pelo VJR: – Mantém-se num modelo de negócio cujo objetivo é alcançado tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e – Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. Isto inclui todos os ativos financeiros derivativos e fundos de investimento. **Ativos finan-**

e não arrendamento, considerando que o espaço e a infraestrutura são disponibilizados de forma conjunta ao cliente, o que consiste no fornecimento redundante de energia, ambiente de sistemas controlados (ar-condicionado e refrigeração), conectividade e segurança. A receita desses contratos é reconhecida de forma mensal conforme as soluções são consumidas. As receitas são substancialmente reconhecidas quando o controle dos produtos e serviços são transferidos para os clientes, por um valor que reflete a contraprestação que o Grupo espera ter direito em troca dos serviços. Os fluxos de receitas recorrentes são geralmente cobrados mensalmente e reconhecidas linearmente ao longo do prazo do contrato. As taxas de instalação não recorrentes, embora geralmente pagas antecipadamente na instalação, são diferidas e reconhecidas linearmente ao longo do prazo do contrato. Serviços profissionais e vendas de equipamentos são reconhecidos no período em que os serviços e as vendas são entregues. O reconhecimento da receita, faturamento e recebimentos de caixa resultam em contas a receber, ativos de contrato e receitas diferidas. Um recebível é registrado pelo valor da fatura, líquido de provisão para perdas esperadas de créditos e é reconhecido no período em que o serviço é prestado aos clientes e quando o direito à contraprestação é incondicional. Os termos e condições de pagamento variam de acordo com o tipo de contrato, embora os termos geralmente incluam a exigência de pagamento dentro de 30 a 60 dias. Nos casos em que o momento do reconhecimento da receita difere do momento do faturamento, o Grupo avaliou que os contratos geralmente não incluem um componente financeiro significativo. Em adição, foi avaliado a capacidade de cobrança com base em alguns fatores, incluindo o histórico de transações anteriores com o cliente e a credibilidade do cliente. Geralmente não há garantias nos contratos com clientes, embora em certos há possibilidade de interrupção dos serviços por falta de pagamento. A tabela a seguir apresenta as principais linhas de receita do Grupo e o momento em que as obrigações de desempenho são atingidas e reconhecidas:

registradas como itens individuais (componentes) do imobilizado. Os ganhos e perdas na venda de um item do ativo imobilizado são avaliados pela comparação entre os recursos resultantes da venda com o valor contábil do ativo imobilizado e são reconhecidos líquidos entre outras receitas ou despesas na demonstração de resultados lucros ou prejuízos. Custos subsequentes: O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para o Grupo e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Depreciação: A depreciação é calculada pelo método linear para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado menos seus valores residuais estimados ao longo de suas vidas úteis estimadas e é geralmente reconhecida no resultado. Os terrenos e obras em andamento não são depreciados. As vidas úteis estimadas dos ativos imobilizados para os exercícios correntes correspondentes são os seguintes:	
Sistemas de climatização, elétricos e de segurança	5 - 15 anos
Edifícios	10 - 20 anos
Rede e infraestrutura de telecomunicações	5 - 15 anos
Instalações e conectividade	5 anos
Outros	5 - 20 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados anualmente e ajustados, se apropriado. **Custo de empréstimos e financiamentos:** Os custos de empréstimos e financiamentos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que requer necessariamente um tempo significativo para ser concluído para uso ou venda são capitalizados como parte do custo correspondente do ativo. A medida que o Grupo contrai empréstimos sem finalidade específica e os utiliza com propósito de obter um ativo qualificável (construção de data centers), o Grupo estabelece o montante dos custos de empréstimos elegíveis para capitalização, aplicando uma taxa de capitalização às despesas com o ativo em construção. Todos os demais custos de empréstimos são registrados como despesas financeiras no período em que são incorridos. Os custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos pelo Grupo em conexão com o empréstimo. **6.8. Arrendamentos:** No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. **Como arrendatário:** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, o Grupo optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor de mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: – Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; – Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; – Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; – O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste corrente no valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. **Arrendamentos de ativos de baixo valor:** O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento, conforme apresentado na nota 9. **6.9. Provisões: Geral:** As provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) devido a um evento passado, é provável que uma saída de recursos incorporando benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do montante da obrigação possa ser feita. A despesa relacionada a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Se o efeito do valor do dinheiro no tempo for significativo, as provisões são descontadas usando uma taxa corrente antes de impostos que reflete, quando apropriado, os riscos específicos do passivo. Quando é adotado o desconto, o aumento da provisão em função do passar do tempo é reconhecido como custo de financiamento. **Provisões para contingências:** O Grupo é parte em diversos processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista. São constituídas provisões para todos os litígios relacionados a processos para os quais é provável uma saída de recursos para liquidar a contingência/obrigação e para os quais uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das provas disponíveis, a hierarquia legal, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes dos tribunais e a sua relevância perante a lei, bem como a sua avaliação por advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como decurso de prazo aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **6.10. Pagamento baseado em ações:** O Grupo mantém um plano de incentivo de longo prazo, estruturado por meio de prêmios atrelados às condições de mercado ("Prêmios") e de outorgas de opções de ações ("SOPs"), concedidos pela Stellar JV e Ascenty Cayman Holding Ltd (controlada da Stellar JV), respectivamente. O objetivo do plano é proporcionar a certos membros e executivos da Administração a oportunidade de se tornarem acionistas indiretos do Grupo. O plano é classificado como pagamento baseado em ações líquido em instrumentos patrimoniais, uma vez que a Companhia não tem obrigação de liquidar a transação. O valor justo na data da outorga do plano é reconhecido como despesas gerais e administrativas no resultado do exercício com aumento correspondente no patrimônio líquido, na reserva de pagamento baseado em ações, durante o período de aquisição dos prêmios e das opções. O valor reconhecido como despesa é ajustado em cada período de reporte para refletir o número de ações para os quais se espera que o serviço relacionado às condições de desempenho não relacionados às condições de mercado, sejam atendidas. **7. Novas normas e alterações às IFRS** – Novas normas e alterações entraram em vigor para períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2025. O Grupo não adotou antecipadamente essas normas novas ou alterações na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas e individuais: – IFRS 18 – Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027, introduz novos requisitos para a demonstração de lucros e perdas, incluindo subtópicos definidos e divulgações obrigatórias sobre medidas de desempenho definidas pela administração. A Empresa ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente em relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas do Grupo, a demonstração do fluxo de caixa e as divulgações adicionais necessárias para medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs). A Empresa também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outros". – Imposto global mínimo complementar – que é necessário pagar pela legislação do Pilar Dois, que é um imposto de renda no escopo do IAS 12. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), no âmbito do projeto Base Erosion and Profit Shifting (BEPS), implementou em 2023 sua iniciativa intitulada "Pillar 2" que estabelece um padrão global de tributação mínima sobre os lucros de grandes grupos multinacionais, visando evitar a transferência artificial de lucros para jurisdições de baixa ou nenhuma tributação. Essas regras buscam assegurar uma alíquota efetiva mínima de 15% em todas as jurisdições em que grupos multinacionais atuam. Em 23 de maio de 2023, o International Accounting Standards Board emitiu a Reforma Tributária Internacional – Regras Modelo do Pilar Dois – Alterações à IAS 12 (equivalente ao CPC 32), que esclarecem que a IAS 12 (CPC 32) se aplica aos impostos sobre a renda decorrentes de legislações tributárias promulgadas ou substancialmente promulgadas para implementar as regras modelo do Pilar 2, incluindo legislações tributárias que implementam os Impostos Mínimos de Complementação Doméstica Qualificados. No Brasil, as regras modelos foram incorporadas pela Lei nº 15.079, de 30 de dezembro de 2024, instituindo o Adicional de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) como um Qualified Domestic Minimum Top-Up Tax (QDMTT), em linha com os dispositivos da OCDE. As novas regras estão vigentes a partir de 1º de janeiro de 2025, com o primeiro recolhimento previsto para 2026, e se aplicam a grupos multinacionais com receita bruta anual consolidada superior a 750 milhões de euros em pelo menos dois dos últimos quatro anos. O Grupo avaliou e concluiu que as regras do Pilar 2 e o Adicional de CSLL não são aplicáveis no curto prazo. O Grupo está monitorando e acompanhando eventuais mudanças normativas e suas implicações futuras sobre as demonstrações financeiras. Outras novas normas e alterações para as quais a Companhia não espera impacto em suas demonstrações financeiras: –

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 14/02/2025



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



continuação

Alterações à IAS 21 – ausência de convertibilidade – Alterações às IFRS 9 e IFRS 7 – Classificação e mensuração de instrumentos financeiros

8. Receita líquida

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Receita por categoria				
Fornecimento de espaço e infraestrutura ("Colocation")	1.471.255	1.347.072	1.393.885	1.277.391
Locação de infraestrutura ("Dark Fiber")	90.983	83.802	90.983	83.802
Serviços de telecomunicações	25.210	37.916	25.209	37.385
Revenda	25.386	66.496	25.386	65.893
Taxa de instalação	34.389	42.518	31.394	41.897
Outras receitas	56.530	47.510	53.461	46.869
Receita bruta	1.703.753	1.625.314	1.620.318	1.553.237
Impostos	(155.296)	(152.109)	(155.296)	(152.109)
Receita líquida	1.548.457	1.473.205	1.465.022	1.401.128
Receita por região				
São Paulo, Brasil	1.338.218	1.241.176	1.338.215	1.241.176
Rio de Janeiro, Brasil	101.318	106.083	101.318	106.083
Ceará, Brasil	25.489	53.869	25.489	53.869
Santiago, Chile	83.072	72.077	–	–
Estados Unidos da América	360	–	–	–
Receita líquida	1.548.457	1.473.205	1.465.022	1.401.128
9. Custo dos serviços e despesas gerais, administrativas e de vendas				
Por natureza				
Depreciação de imobilizado e ativos de direito de uso	(506.760)	(454.172)	(459.863)	(406.875)
Despesas com energia elétrica	(348.450)	(339.930)	(332.083)	(328.480)
Despesas com pessoal	(204.504)	(201.194)	(190.920)	(192.467)
Despesas de manutenção	(58.415)	(56.861)	(54.073)	(52.545)
Custo de materiais para revenda	(13.839)	(46.285)	(13.839)	(45.717)
Serviços terceirizados	(43.530)	(41.927)	(38.131)	(37.737)
Despesas com aluguel	(27.491)	(25.897)	(27.479)	(25.867)
Manutenção de software e licenças	(20.093)	(15.521)	(19.892)	(15.422)
Outras despesas	(43.940)	(49.111)	(36.092)	(35.572)
Amortização de ativos intangíveis	(5.328)	(4.419)	(5.134)	(4.216)
Total	(1.272.350)	(1.235.317)	(1.177.506)	(1.144.898)
11. Tributos sobre o lucro – 11.1. Conciliação do imposto de renda diferido:				
Reconciliação de alterações nos ativos (passivos) fiscais diferidos				
Saldo em 31 de dezembro de 2022	469.757	(467.985)	1.772	(467.985)
Imposto diferido reconhecido no resultado – (despesa)/receita	94.205	(146.145)	(51.940)	94.205
Imposto diferido reconhecido no OCI – (despesa)/receita	–	51.940	–	51.940
Varição da taxa de câmbio	(240)	–	(240)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2023	563.722	(562.190)	1.532	(562.190)
Imposto diferido reconhecido no resultado – (despesa)/receita	6.493	(53.584)	(47.091)	(8.790)
Imposto diferido reconhecido no OCI – (despesa)/receita	–	46.841	–	47.091
Varição da taxa de câmbio	275	–	275	–
Saldo em 31 de dezembro de 2024	570.490	(568.933)	1.557	(553.400)
11.2. Composição do imposto de renda diferido				
Imposto diferido reconhecido				
Ativos	2024	(Passivo)	2023	(Passivo)
Prejuízo fiscal	7.480	–	7.480	–
Agio	208.522	–	208.522	–
Valor justo de ativos intangíveis	245.578	–	245.578	–
Varição cambial	66.630	–	66.630	–
Arrendamentos	11.737	–	11.737	–
Ganho líquido em hedges de fluxo de caixa	–	(249)	–	(47.091)
Taxas de depreciação (vida útil)	17.090	(307.402)	–	(307.402)
Juros capitalizados, líquidos de depreciação	–	(159.905)	–	(159.905)
Valor justo de Instrumentos Financeiros	–	(60.717)	–	(60.717)
Reconhecimento da receita contratual	–	(25.376)	–	(25.376)
Outras diferenças	13.453	(15.284)	19.144	–
Saldo em	570.490	(568.933)	563.722	(562.190)
Saldo em	1.557	–	1.532	–

(a) Contabilidade de hedge de fluxo de caixa (Cash Flow Hedge Accounting):

O Grupo está exposto ao risco cambial associado a entradas de caixa altamente prováveis (receita futura denominada ou indexada ao dólar americano) e saídas em dólares americanos (pagamentos de juros de empréstimos e investimentos) e designou a seguinte estrutura de contabilidade de hedge como parte de sua política de gerenciamento de risco. **Estratégia de taxa de juros:** O objetivo de gestão de risco do Grupo em relação ao risco cambial é proteger a exposição cambial da receita futura em USD, alinhando-a com os pagamentos de juros da dívida de 3 meses USD-SOFR (Secured Overnight Financing Rate) e com os pagamentos de juros das debêntures BRL-DI, que são trocados para USD-SOFR por meio de swaps de taxas de juros e de moedas. A saída de caixa de juros USD-SOFR também é correspondida com swaps de pagamento de juros que pagam USD-fixo e recebem USD-flutuante. O Grupo está atingindo seu objetivo protegendo o risco de mudanças no câmbio de suas entradas de caixa (receita futura em USD) por meio de swaps de moeda e de taxas de juros. **Tratamento contábil:** Para a estratégia de taxa de juros descrita acima, o Grupo adotou a contabilidade de hedge de fluxo de caixa conforme a política descrita na nota 6.7.3. A parcela efetiva das variações no valor justo dos instrumentos designados e qualificados como contabilidade de hedge de fluxo de caixa, incluindo o ganho (perda) cambial não realizado nos fluxos de caixa altamente prováveis, é registrada em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido, na linha de hedge de fluxo de caixa. O ganho ou perda relacionado a uma parcela ineficaz e reconhecido no resultado do exercício, em receitas (despesas) financeiras, líquidas. Os valores acumulados no patrimônio líquido são transferidos para o resultado do exercício nos períodos em que os fluxos de caixa futuros esperados protegidos afetam o resultado e nas rubricas em que o item protegido pelo hedge afeta o resultado do exercício. A tabela abaixo fornece um resumo consolidado das coberturas de fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2024.

Instrumento de hedge	Objeto de hedge	Vencimento	Taxa de câmbio na designação (USD)	Taxa de Nocial USD	Nocial BRL	Valor justo
IRS USD-SOFR – Ascenty Brasil	Receita futura em USD e pagamentos de juros flutuantes	17-fev.-28	BRL5,17	2,4%	460.000	2.848.458 (153.490)
IRS USD-SOFR – Ascenty Brasil		20-jun.-30	BRL5,40	7,0%	100.000	619.230 (82.575)
IRS USD-SOFR – Ascenty Brasil		17-nov.-31	BRL5,70	8,1%	200.000	1.238.460 (173.629)
IRS USD-SOFR – Ascenty Chile		28-set.-28	CLP925	4,6%	130.000	804.999 2.439
Total					890.000	5.511.147 (407.255)

(a) Referre-se substancialmente a créditos de PIS e COFINS (Ascenty Brasil) e IVA (Ascenty Chile) sobre a aquisição de imobilizado. A Companhia avaliou e reconheceu créditos tributários extemporâneos em 2024, com base em jurisprudência recente no Brasil que esclareceu o conceito de crédito de IVA. Tais créditos extemporâneos foram registrados parcialmente em Imobilizado e parcialmente em Outras receitas, líquidas, de acordo com a natureza da despesa que lhe dá direito. A segregação entre ativo circulante e não circulante é baseada nas projeções financeiras da Companhia e a utilização do crédito ocorrerá por meio da apuração mensal dos tributos. **Reforma tributária - Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214, que instituiu o IBS, a CBS e o IS, novos tributos no âmbito da Reforma Tributária brasileira sobre o consumo. A reforma tributária trouxe mudanças significativas no sistema tributário nacional, com o objetivo de simplificar a arrecadação, reduzir a burocracia e promover maior justiça fiscal. Entre as principais alterações, destaca-se a criação da CBS (Contribuição Social sobre Bens e Serviços) e do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), modelo de IVA dual que substituirá**

16. Impostos a recuperar

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
IVA a recuperar (a)	125.462	48.620	81.026	41.347
ICMS	16.736	3.731	16.736	3.731
Outros	134	131	134	131
Total	142.332	52.482	97.896	45.209
Circulante	126.135	33.952	81.699	26.679
Não circulante	16.197	18.530	16.197	18.530
Total	142.332	52.482	97.896	45.209

(a) Referre-se substancialmente a créditos de PIS e COFINS (Ascenty Brasil) e IVA (Ascenty Chile) sobre a aquisição de imobilizado. A Companhia avaliou e reconheceu créditos tributários extemporâneos em 2024, com base em jurisprudência recente no Brasil que esclareceu o conceito de crédito de IVA. Tais créditos extemporâneos foram registrados parcialmente em Imobilizado e parcialmente em Outras receitas, líquidas, de acordo com a natureza da despesa que lhe dá direito. A segregação entre ativo circulante e não circulante é baseada nas projeções financeiras da Companhia e a utilização do crédito ocorrerá por meio da apuração mensal dos tributos. **Reforma tributária - Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214, que instituiu o IBS, a CBS e o IS, novos tributos no âmbito da Reforma Tributária brasileira sobre o consumo. A reforma tributária trouxe mudanças significativas no sistema tributário nacional, com o objetivo de simplificar a arrecadação, reduzir a burocracia e promover maior justiça fiscal. Entre as principais alterações, destaca-se a criação da CBS (Contribuição Social sobre Bens e Serviços) e do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), modelo de IVA dual que substituirá**

17. Partes relacionadas – 17.1. Receitas e despesas com partes relacionadas:

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Serviços prestados a:				
Outras partes relacionadas				
Ascenty Mexico, S. de R. L. de C. V.	3.586	5.427	3.226	5.427
BRK Ambiental Participações S.A.	566	585	566	585
VLI Multimodal S.A.	777	797	777	797
Total	4.929	6.809	7.955	11.296
Serviços recebidos de:				
Outras partes relacionadas				
BRK Ambiental Participações S.A.	92	–	92	–
Total	92	–	3.881	–

17.2. Saldos com partes relacionadas

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Contas a receber de:				
Outras partes relacionadas				
Ascenty Mexico, S. de R. L. de C.V. (a)	13.297	9.779	13.233	9.779
Ascenty Colômbia S.A.S.	–	165	–	165
BRK Ambiental Participações S.A.	47	216	47	216
VLI Multimodal S.A.	–	100	–	100
Total	13.344	10.260	13.280	10.260
Controladora				
Ascenty Holding Brasil S.A.(c)	273	47	273	47
Total	273	47	273	47
Total	13.617	10.307	26.604	17.745

(a) Refere-se a compartilhamento de serviços administrativos. (b) Refere-se a soluções de colocation e conectividade. (c) Refere-se às faturas pagas pela Companhia em nome da controladora. Nenhum dos saldos é garantido. Nenhuma despesa foi reconhecida em 2024 e 2023 para provisão para perdas por impairment ou baixa em relação a valores devidos por partes relacionadas. **17.3. Remuneração do pessoal-chave da administração:** O Grupo não possui benefícios pós-emprego. Os valores de remuneração do pessoal-chave da gerência são os seguintes:

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Benefícios de curto prazo para administradores	14.950	15.988	14.950	15.988
Benefícios de rescisão de contrato de trabalho	–	1.963	–	1.963
Pagamento baseado em ações	7.322	27.236	7.322	27.236
Total	22.272	45.187	22.272	45.187

18. Imobilizado – 18.1. Reconciliação do valor contábil:

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Imobilizado – Custo				
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.877.614	578.193	546.089	381.060
Adições	159.446	141.514	16.670	47.856
Baixas	–	–	–	(1.230)
Transferência	168.132	805.186	159.641	7.071
Varição cambial	(3.180)	(44.476)	–	(25.989)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	324.398	4.779.838	754.504	288.924
Adições	351	26.472	4.191	680.022
Baixas	(1.820)	(9.823)	–	(4.350)
Transferência	–	89.242	13.822	(104.044)
Varição cambial	3.784	91.558	3.030	12.513
Saldo em 31 de dezembro de 2024	326.713	4.977.287	775.547	877.415
Imobilizado – Depreciação				
Saldo em 31 de dezembro de 2022	–	(895.449)	(85.424)	(122.739)
Adições	–	(316.628)	(34.659)	(25.556)
Baixas	–	–	–	241
Transferência	–	3.109	(1.837)	–
Varição cambial	–	2.703	–	–
Saldo em 31 de dezembro de 2023	–	(1.206.265)	(121.920)	(148.054)
Adições	–	(359.050)	(39.576)	(29.463)
Baixas	–	3.275	–	1.621
Varição cambial	–	(15.055)	(500)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2024	–	(1.577.095)	(161.996)	(175.896)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	324.398	3.573.572	632.584	286.703
Saldo em 31 de dezembro de 2024	326.713	3.400.192	613.551	877.415

Em 31 de dezembro de 2024, os saldos apresentados como obras em andamento referem-se principalmente à construção dos data centers Hortolândia 5 e Santiago 3. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o Grupo capitalizou custos de empréstimos relacionados a ativos qualificáveis em construção no montante de R\$ 122.871 (R\$ 160.801 em 2023). A taxa média de juros utilizada para determinar o valor dos custos de empréstimos de capitalização elegíveis foi de 10,4% (10,1% a.a. em 2023). O Grupo não possui ativos imobilizados dados em garantia em suas operações de empréstimos e financiamentos e em demandas judiciais.

O Grupo possui ativos diferidos líquidos não registrados, incluindo prejuízos fiscais que não expiram, conforme apresentado na tabela abaixo:

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Ativo fiscal diferido não registrado				
Prejuízo fiscal	1.593.488	1.184.893	1.533.729	1.184.893
Agio	253.775	309.631	253.775	309.631
Valor justo de ativos intangíveis	–	–	–	–
adição cambial	105.248	158.541	105.248	158.541
Variação cambial	86.620	–	86.620	–
Perda com hedge de fluxo de caixa	128.230	–	128.230	–
Outras diferenças	47.889	5.613	16.975	–
Total de ativos fiscais diferidos não registrados	2.215.250	1.658.678	2.124.577	1.658.678
11.3. Reconciliação da taxa efetiva do imposto de renda				
Reconciliação da taxa efetiva de imposto de renda				
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(802.117)	214.115	(802.215)	214.115
Taxa nominal combinada de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido – %	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social	272.720	(72.799)	272.753	(72.799)
Agio (a)	55.855	145.269	55.855	145.269
Valor justo de ativos intangíveis adquiridos	53.293	135.663	53.293	135.663
com vidas úteis definidas (a)	(86.620)	–	(86.620)	–
Variação cambial (a)	(408.595)	(288.425)	(348.836)	(288.425)
Prejuízo fiscal não reconhecido (a)	59.855	28.352	161	28.352
Outros	(53.492)	(51.940)	(53.394)	(51.940)
Impostos de renda total	(6,7%)	24,3%	(6,7%)	24,3%
Taxa efetiva de imposto de renda – %	(6,7%)	24,3%	(6,7%)	24,3%
Atual	(6.401)	–	(6.303)	–
Diferido	(47.091)	(51.940)	(47.091)	(51.940)
(a) Efeito de ativo fiscal diferido não reconhecido.				
12. Caixa e equivalentes de caixa				
Receitas bancárias em:				
Contas (BRL)	20.550	12.800	20.550	12.800
Dólares americanos (USD)	58.643	68.311	127	215
Peso chileno (CLP)	6.512	5.028	–	–
Total	85.705	86.139	20.677	13.015
13. Investimentos financeiros				
Fundo cambial	853.178	423.890	853.178	423.890
Refere-se a investimentos em fundos cambiais (atrelados ao dólar e à taxa de juros) mensurados ao valor justo por meio do resultado mantidos com instituições financeiras brasileiras como contrapartes e remunerados a 33,89% a.a. (-2,88% a.a. em 2023)				
14. Instrumentos financeiros derivativos				
Ativos financeiros derivativos				
Swap de taxa de juros designado para hedge accounting (a)	148.191	205.591	139.513	205.591
Swap de taxa de juros (b)	117.710	28.380	84.829	–
Outros derivativos (c)	21.511	–	21.511	–
Swap de moeda cruzada (cross-currency swap) (d)	–	8.060	–	–
Total	287.412	242.031	245.853	205.591
Circulante	241.856	178.411	200.297	142.143
Não circulante	45.556	63.620	45.556	63.448
Total	287.412	242.031	245.853	205.591
Passivos financeiros derivativos				
Swap de taxa de juros designado para hedge accounting (a)	553.559	76.288	549.206	63.404
Swap de taxa de juros (b)	36.137	–	36.137	–
Outros derivativos (c)	27.825	7.455	27.825	7.455
Swap de moeda cruzada (cross-currency swap) (d)	198	–	–	–
Total	617.719	83.743	613.168	70.859
Circulante	65.785	8.394	64.669	7.863
Não circulante	551.934	75.349	548.499	62.996
Total	617.719	83.743	613.168	70.859

(a) Contabilidade de hedge de fluxo de caixa (Cash Flow Hedge Accounting):

O Grupo está exposto ao risco cambial associado a entradas de caixa altamente prováveis (receita futura denominada ou indexada ao dólar americano) e saídas em dólares americanos (pagamentos de juros de empréstimos e investimentos) e designou a seguinte estrutura de contabilidade de hedge como parte de sua política de gerenciamento de risco. **Estratégia de taxa de juros:** O objetivo de gestão de risco do Grupo em relação ao risco cambial é proteger a exposição cambial da receita futura em USD, alinhando-a com os pagamentos de juros da dívida de 3 meses USD-SOFR (Secured Overnight Financing Rate) e com os pagamentos de juros das debêntures BRL-DI, que são trocados para USD-SOFR por meio de swaps de taxas de juros e de moedas. A saída de caixa de juros USD-SOFR também é correspondida com swaps de pagamento de juros que pagam USD-fixo e recebem USD-flutuante. O Grupo está atingindo seu objetivo protegendo o risco de mudanças no câmbio de suas entradas de caixa (receita futura em USD) por meio de swaps de moeda e de taxas de juros. **Tratamento contábil:** Para a estratégia de taxa de juros descrita acima, o Grupo adotou a contabilidade de hedge de fluxo de caixa conforme a política descrita na nota 6.7.3. A parcela efetiva das variações no valor justo dos instrumentos designados e qualificados como contabilidade de hedge de fluxo de caixa, incluindo o ganho (perda) cambial não realizado nos fluxos de caixa altamente prováveis, é registrada em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido, na linha de hedge de fluxo de caixa. O ganho ou perda relacionado a uma parcela ineficaz e reconhecido no resultado do exercício, em receitas (despesas) financeiras, líquidas. Os valores acumulados no patrimônio líquido são transferidos para o resultado do exercício nos períodos em que os fluxos de caixa futuros esperados protegidos afetam o resultado e nas rubricas em que o item protegido pelo hedge afeta o resultado do exercício. A tabela abaixo fornece um resumo consolidado das coberturas de fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2024.

Instrumento de hedge	Objeto de hedge	Vencimento	Taxa de câmbio na designação (USD)	Taxa de Nocial USD	Nocial BRL	Valor justo
IRS USD-SOFR – Ascenty Brasil	Receita futura em USD e pagamentos de juros flutuantes	17-fev.-28	BRL5,17	2,4%	460.000	2.848.458 (153.490)
IRS USD-SOFR – Ascenty Brasil		20-jun.-30	BRL5,40	7,0%	100.000	619.230 (82.575)
IRS USD-SOFR – Ascenty Brasil		17-nov.-31	BRL5,70	8,1%	200.000	1.238.460 (173.629)
IRS USD-SOFR – Ascenty Chile		28-set.-28	CLP925	4,6%	130.000	804.999 2.439
Total						

parcialmente o Term Loan 2023, cuja data de vencimento é fevereiro de 2028. Além disso, em outubro de 2023, o Grupo também concluiu o acordo de um novo empréstimo a prazo na Ascenty Chile SpA, reforçando a capacidade do Grupo de cumprir seus compromissos e estratégia de crescimento. **c. Risco de mercado: Risco cambial:** O Grupo está exposto principalmente ao risco cambial associado aos seus empréstimos e financiamentos de longo prazo indexados ao dólar americano. Uma mudança razoavelmente possível do dólar americano em relação ao real brasileiro e ao peso chileno em 31 de dezembro de 2024 teria afetado o lucro ou prejuízo pelos valores mostrados abaixo. Esta análise pressupõe

continuação

mentos, alterações e interpretações emitidos pelo IFRS e CPC

Norma	Requisitos	Impacto nas demonstrações financeiras
Alterações à IAS 1 – Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	As alterações 1 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesa, ou as informações divulgadas sobre esses itens. As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes no final do período de relatório, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas no final do período de relatório, e introduzem a definição de "liquidação" para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.	A Sociedade não identificou impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
Alterações à IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras – Passivo Não Circulante com "Covenants"	As alterações indicam que apenas "covenants" que uma entidade deve cumprir no ou antes do final do período de relatório afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório (e, portanto, isso deve ser considerado na avaliação da classificação do passivo como circulante ou não circulante). Esses "covenants" afetam se o direito existe no final do período de relatório, mesmo se o cumprimento do "covenant" é avaliado apenas após a data do relatório (por exemplo, um "covenant" com base na condição financeira da entidade na data do relatório, que seja avaliado para fins de cumprimento apenas após a data do relatório). O IASB também determina que o direito de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório não é afetado se uma entidade tem apenas que cumprir um "covenant" após o período de relatório. Porém se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito ao cumprimento de "covenants" pela entidade dentro do período de 12 meses após a data do relatório, a entidade divulga informações que permite aos usuários das demonstrações financeiras entender o risco dos passivos se tornarem amortizáveis dentro do período de 12 meses após a data do relatório. Isso incluiria informações sobre os "covenants" (incluindo a natureza dos "covenants" e quando a entidade deve cumpri-los), o valor contábil dos passivos correspondentes e os fatos e as circunstâncias, se houver, que indiquem que a entidade pode enfrentar dificuldades para cumprir os "covenants".	A Sociedade não identificou impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
Alteração à IFRS 16 – Arrendamentos – Passivo de Arrendamento em uma Transação de "Sale and Lease-back"	As alterações à IFRS 16 acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de "sale and leaseback" que satisfazem as exigências da IFRS 15 para fins de contabilização como venda. As alterações requerem que o vendedor-arrendatário determine "pagamentos de arrendamento" ou "pagamentos de arrendamento revisados" de modo que o vendedor-arrendatário não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido por ele, após a data de início. As alterações não afetam o ganho ou a perda reconhecida pelo vendedor-arrendatário relacionado ao término total ou parcial de um arrendamento. Sem essas novas exigências, um vendedor-arrendatário pode ter reconhecido um ganho sobre o direito de uso que retém exclusivamente devido à remensuração do passivo de arrendamento (por exemplo, após uma modificação ou mudança nos termos do arrendamento) aplicando as exigências gerais da IFRS 16. Esse pode ter sido particularmente o caso em um "leaseback" que inclui pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa. Como parte das alterações, o IASB alterou o Exemplo Ilustrativo da IFRS 16 e acrescentou um novo exemplo para ilustrar a mensuração subsequente do ativo de direito de uso e passivo de arrendamento em uma transação de "sale and leaseback" com pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa. Os exemplos ilustrativos também esclarecem que o passivo resultante de uma transação de "sale and leaseback" que se qualifica como venda na aplicação da IFRS 15 é um passivo de arrendamento. O vendedor-arrendatário aplica as alterações retrospectivamente de acordo com a IAS 8 a transações de "sale and leaseback" celebradas após a data da aplicação inicial, que é definida como o início do período anual de relatório no qual a entidade aplicou a IFRS 16 pela primeira vez.	A Sociedade não identificou impacto relevante em suas demonstrações financeiras.

b) Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações emitidos pelo IFRS e CPC e normas publicadas e ainda não vigentes: A Administração também considerou o impacto das novas normas, interpretações e emendas emitidas, mas ainda não vigentes. Exceto quando informado, elas não são consideradas relevantes para a Sociedade e entrarão em vigor em ou após 31 de dezembro de 2024.

Norma	Requisitos	Impacto nas demonstrações financeiras
Alterações à IAS 21	Falta de Conversibilidade	A Sociedade não espera impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
IFRS 18	Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras	A Sociedade não espera impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
IFRS 19	Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	A Sociedade não espera impacto relevante em suas demonstrações financeiras.

3.13. Continuidade operacional:

A Administração tem, na data de aprovação das demonstrações financeiras, expectativa razoável de que a Sociedade possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, a Sociedade aplicou a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras.

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e bancos	8.454	14.425
Aplicações financeiras	14.190.877	69.914.792
Total	14.199.331	69.959.021

As aplicações financeiras referem-se aos saldos diários disponíveis nas contas correntes bancárias que são aplicadas automaticamente em fundos de renda fixa, com liquidez imediata. Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 as remunerações aproximaram-se de 101% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

5. Contas a Receber

	31/12/2024	31/12/2023	
Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Duplicatas a vencer	108.089.044	69.361.068	
Duplicatas vencidas	6.542.350	5.182.922	4.685.946
Total de duplicatas	114.631.394	5.182.922	75.086.376
Cheques em cobrança	9.569	457.620	9.569
Total	114.640.963	5.640.542	75.095.945
5.143.566			

Provisão para perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa

	(3.583.044)	(5.640.542)	(514.458)
--	-------------	-------------	-----------

Provisão para descontos comerciais

	(2.368.718)	–	(4.104.452)
--	-------------	---	-------------

Total

	108.689.201	–	70.477.035
--	-------------	---	------------

As duplicatas vencidas registradas no ativo não circulante referem-se basicamente as renegociações com clientes por valores pré-fixados, com prazo de realização variável e superior a um ano. Para estes saldos, a Sociedade registrou provisão para perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa, correspondentes a 100% do saldo vencido. Não há contas a receber dadas como garantia de nenhuma das operações da Sociedade. Em março de 2024, o cliente Dia Brasil – Grupo Dia apresentou pedido de Recuperação Judicial, cuja tramitação foi deferida pelo juiz. Após 60 dias, foi apresentado o Plano de Recuperação Judicial, onde o crédito da Sociedade estava habilitado nos autos. Atualmente, estamos aguardando a aprovação do plano votado na assembleia de credores e a continuidade dos negócios de recuperação. Para atuar na cobrança judicial como "fornecedor parceiro", em razão das condições impostas no plano, uma vez que as condições como "credor quirografário" eram desfavoráveis à Sociedade, foi firmado contrato de fornecimento com o cliente, com prazos e limites. Limitado à concessão de recuperação judicial. Dessa forma, considerando que o plano de recuperação judicial ainda não havia sido homologado, em julho de 2024, a Administração da Sociedade decidiu registrar perda estimada de crédito para as contas a receber em aberto no montante de R\$2.759.232 referente à operação comercial com o cliente Dia Brasil, em relação às vendas vencidas e não pagas no período de janeiro a maio de 2024. O montante de contas a receber em aberto para o Dia Brasil em 31/12/2024 é de R\$2.759.232, o qual está provisionado em sua totalidade na rubrica de provisão para perdas estimadas em contas a receber de liquidação duvidosa no ativo circulante. Continuamos monitorando os desenvolvimentos no processo de recuperação judicial e podemos reverter as expectativas de cobrança. O total de duplicatas em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 está distribuído conforme segue:

31/12/2024

31/12/2023

A vencer:

Até 30 dias	82.913.760	53.549.747
De 31 a 60 dias	19.249.684	14.636.793
De 61 a 90 dias	5.925.600	1.174.528
Total – a vencer	108.089.044	69.361.068
Vencidas:		
Até 30 dias	2.348.945	4.695.860
De 31 a 60 dias	290.390	114.898
De 61 a 90 dias	158.620	139.216
De 91 a 180 dias	310.256	372.514
De 181 a 360 dias	3.434.139	402.820
Mais de 360 dias	5.650.111	5.153.135
Total – vencidas	12.192.461	10.878.443
Total	120.281.505	80.239.511

As movimentações na provisão para perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa e descontos comerciais são as seguintes:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início do exercício	9.762.476	10.128.904
Provisão para perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa	5.118.914	2.081.731
Provisão para descontos comerciais	28.790.210	31.156.130
Realização da provisão para perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa (i)	(1.553.352)	(4.237.141)
Realização da provisão para descontos comerciais (ii)	(30.525.994)	(29.367.148)
Saldo ao final do período	11.592.304	9.762.476

(i) Referem-se substancialmente a créditos recebidos de clientes que estavam provisionados e a baixa de créditos sem expectativa de recebimento. (ii) Referem-se as baixas dos descontos comerciais, já que este evento está vinculado ao recebimento efetivo do título até a data de vencimento.

	31/12/2024	31/12/2023
Matérias-primas	40.292.064	25.193.747
Produtos de revenda	14.583.007	14.953.553
Produtos acabados	16.236.684	13.234.469
Almoxarifado	1.964.481	1.916.169
Embalagens	2.635.831	2.500.203
Importação em andamento – partes relacionadas	72.248.699	42.329.244
Total	147.960.766	100.127.385

Provisão para perdas nos estoques: Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Sociedade revisou a composição de estoques e não identificou a necessidade de constituir provisão para perdas. A Sociedade não possui estoques concedidos em garantias.

7. Impostos a Recuperar

	31/12/2024	31/12/2023
ICMS	609.073	1.081.464
IRPJ	61.101	61.102
PIS	269.997	231.820
COFINS	2.198.357	1.981.367
Subvenção Governamental de ICMS (IRPJ/CSLL) (a)	2.486.834	3.186.254
Outros	191.601	174.629
Total	5.816.963	6.716.636

(a) Em meados de 2023, houve confirmação de tese nos tribunais superiores sobre a clarificação da Lei Complementar nº 160/2017, equiparando os incentivos e benefícios fiscais ao financeiro-fiscais de ICMS (típicas subvenções de custeio ou recomposições de custos) às subvenções para investimentos, afastando a necessidade de comprovar que montantes foram destinados à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos. Diante da clarificação mencionada acima, a Sociedade obteve parecer favorável dos seus assessores jurídicos e memorando de conclusão dos consultores tributários sobre a tese e

9. Imobilizado

– A movimentação do ativo imobilizado é como segue:

	Terrenos	Edifícios	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Computadores e periféricos	Instalações	Total
Custo – 01/01/2024	219.608	17.328.679	11.889.354	944.950	759.967	1.249.836	1.045.040	33.437.434
Adições	–	4.293.273	1.196.585	632.943	401.654	307.814	5.732	6.838.001
Baixas	(140.846)	(3.895)	(164.710)	(49.086)	(227.454)	(100.130)	–	(686.121)
Custo – 31/12/2024	78.762	21.618.057	12.921.229	1.528.807	934.167	1.457.520	1.050.772	39.589.314
Depreciação – 01/01/2024	–	(7.227.655)	(6.936.129)	(613.540)	(548.011)	(872.114)	(872.114)	(16.680.806)
Adições	–	(430.109)	(870.932)	(106.676)	(145.941)	(132.418)	(74.354)	(1.760.430)
Baixas	–	33	164.710	47.702	227.454	95.652	–	535.551
Depreciação – 31/12/2024	–	(7.657.731)	(7.642.351)	(672.514)	(466.498)	(908.880)	(557.711)	(17.905.685)
Saldo líquido – 31/12/2024	78.762	13.960.326	5.278.878	856.293	467.669	548.640	493.061	21.683.629
Custo – 01/01/2023	219.608	12.103.213	11.742.461	829.112	759.967	1.108.083	997.539	27.759.983
Adições	–	5.225.466	146.893	121.869	–	240.592	47.501	5.782.321
Baixas	–	–	–	(6.031)	–	(98.839)	–	(104.870)
Custo – 31/12/2023	219.608	17.328.679	11.889.354	944.950	759.967	1.249.836	1.045.040	33.437.434
Depreciação – 01/01/2023	–	(6.945.409)	(6.108.976)	(562.250)	(403.691)	(869.404)	(413.930)	(15.303.660)
Adições	–	(282.246)	(827.153)	(57.089)	(144.320)	(100.552)	(69.427)	(1.480.787)
Baixas	–	–	–	5.799	–	97.842	–	103.641
Depreciação – 31/12/2023	–	(7.227.655)	(6.936.129)	(613.540)	(548.011)	(872.114)	(483.357)	(16.680.806)
Saldo líquido – 31/12/2023	219.608	10.101.024	4.953.225	331.410	211.956	377.722	561.683	16.756.628
Taxa média anual de depreciação	–	4%	10%	10%	20%	20%	10%	10%

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de registrar uma provisão para redução desses ativos ao valor de recuperação em 31 de dezembro de 2024 e de 2023. Não há ativos dados como garantia para qualquer operação da Sociedade.

10. Operações de Arrendamentos

	31/12/2024	31/12/2023
Ativo por direito de uso:		
Saldo inicial	160.868	436.641
Adições	1.036.389	–
Amortização	(308.369)	(275.773)
Saldo final	888.888	160.868
Passivos por arrendamentos:		
Saldo inicial	170.361	444.015
Adições	1.036.389	–
Pagamentos fixos	(329.391)	(298.099)
Ajuste ao valor presente	18.380	24.445
Saldo final	895.739	170.361

As operações de arrendamento mercantil correspondem a dois contratos de aluguel, onde os escritórios da Sociedade estão localizados em São Paulo e em Recife. O contrato de São Paulo expira em 30 de junho de 2027 e o contrato de Recife expira em 30 de julho de 2027. O cronograma de pagamento é o seguinte:

	2024	2023
Pagamentos a realizar em 2025	(346.661)	(346.661)
Pagamentos a realizar em 2026 e 2027	(549.078)	(549.078)
Total do passivo	(895.739)	(895.739)

11. Intangível

	31/12/2024	31/12/2023
Custo – Softwares no início	1.555.481	1.193.045
Adições	276.973	362.983
Baixas	(82.287)	(547)
Custo no final	1.750.167	1.555.481
Amortização – Softwares no início	(925.883)	(819.430)
Adições	(132.682)	(107.000)
Baixas	82.287	547
Amortização	(976.278)	(925.883)
Saldo líquido	773.889	629.598
Taxa média anual de amortização	20%	20%

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de registro de provisão para redução destes ativos ao valor de recuperação em 31 de dezembro de 2024 e de 2023. Não existem bens do ativo intangível dados em garantia de qualquer operação da Sociedade.

12. Partes Relacionadas – Saldos e transações com partes relacionadas:

A Sociedade faz parte de suas compras de matérias-primas e produtos de revenda no mercado internacional, tendo como principal fornecedor Mastellone Hermanos S.A., seu controlador, localizado na Argentina. **Saldo de fornecedores estrangeiros – parte relacionada:** Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de fornecedores estrangeiros – parte relacionada no valor de R\$99.378.972 equivalente a US\$16.048.798 (R\$48.443.857 equivalente a US\$10.006.374 em 31 de dezembro de 2023), refere-se à aquisição de matérias-primas e produtos de revenda. Nos períodos encerrados em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, as compras realizadas pela totalizaram R\$668.864.987 (US\$121.717.145) e R\$533.722.803 (US\$107.137.683), respectivamente. O prazo médio de pagamento no ano de 2024 e de 2023 foi de aproximadamente 50 dias, a contar da data de autorização de embarque das mercadorias; essas operações não estão sujeitas a juros. **Remuneração da Administração:** Durante o período findo em 31 de dezembro de 2024, a Sociedade reconheceu o montante de R\$4.462.331 (R\$4.151.121 em 31 de dezembro de 2023), como remuneração total do grupo executivo e dos diretores. O grupo executivo e seus diretores não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e suas partes relacionadas e não possuem benefícios indiretos significativos. **13. Provisão para Riscos** – A provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas inclui riscos decorrentes de ações judiciais baseadas nas esferas cível, trabalhista e tributária. A Administração da Sociedade, com início na opinião e avaliação de risco de seus consultores jurídicos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis com essas ações, conforme o seguinte detalhe:

	31/12/2023	Adições	Reversão	31/12/2024
Cíveis	9.629	25.850	–	35.479
Trabalhistas	195.022	–	(176.883)	18.139
	204.651	25.850	176.883	53.618
Depósitos judiciais	(1.000)	–	–	(1.000)
Total	203.651	25.850	176.883	52.618
31/12/2022	Adições	Reversão	31/12/2023	
Cíveis	17.463	1.328	9.629	
Trabalhistas	84.876	152.858	(42.712)	
	102.339	154.186	(51.874)	
Depósitos judiciais	(1.000)	–	–	
Total	101.339	154.186	(51.874)	

15. Receita Líquida

	31/12/2024	31/12/2023
Receita bruta de vendas	945.272.899	825.803.758
Devoluções e cancelamentos	(7.554.096)	(16.482.467)
Descontos comerciais e bonificações	(16.238.735)	(21.379.726)
Imposto sobre a receita	(58.559.535)	(50.416.484)
Receita líquida	862.920.533	737.525.082

16. Custos e Despesas por Natureza

	31/12/2024	31/12/2023
Custo de bens e produtos vendidos:		
Depreciação e amortização	(1.461.866)	(1.230.027)
Despesas com funcionários	(9.126.463)	(8.080.711)
Consumo de matérias-primas e materiais	(653.464.917)	(575.246.362)
Custos gerais de fabricação	(8.998.788)	(7.495.171)
Total dos custos por natureza	(673.052.034)	(592.052.271)
Despesas operacionais:		
Depreciação e amortização	(431.247)	(357.762)
Depreciação do ativo por direito de uso	(308.369)	(275.773)
Despesas com funcionários	(17.079.747)	(14.925.868)
Despesas com fretes	(36.455.247)	(32.767.887)
Comissões sobre vendas	(7.904.635)	(7.039.398)
Acordos comerciais e promoções	(15.310.516)	(23.586.615)

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 14/02/2025



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



<

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Publicações Legais em nosso jornal com a segurança
garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br



Brassinter S.A.
Indústria e Comércio
CNPJ 56.994.460/0001-37

Edital de convocação -
Assembleia Geras Extraordinária
São convidados os senhores acionistas desta sociedade a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária em 1ª convocação, a ser realizada no dia 18 de março de 2025, às 09 horas, na sede social na Avenida das Nações Unidas, 21344, nesta Capital, a fim de discutirem e deliberar:
a) Autorizar a diretoria da Companhia a vender o imóvel localizado na Avenida Nações Unidas, nº 21344, conforme proposta recebida; e **b)** Autorizar a mudança da sede da companhia para outro endereço. **A Diretoria.** São Paulo, 14 de fevereiro de 2025. **(14, 15 e 18.02.2025)**

Movecta S.A.
CNPJ/MF nº 58.317.751/0001-16 - NIRE 35.300.117.441

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária
Convocamos os Srs. acionistas da **Movecta S.A.** ("Cia.") a se reunirem em AGE, a ser realizada no dia 28/02/2025, às 10hs, de modo presencial, R. Guararapes, 1.909, 9ºand., Cidade Monções, São Paulo/SP, CEP 04561-004, para deliberar e votar as seguintes matérias: **(i)** a proposta de pagamento antecipada de Dividendos intermediários aos acionistas, conforme resultados apurados no exercício social de 2024, de forma proporcional às suas participações acionárias, pagamento este que será feito conforme disponibilidade de caixa da Companhia; **(ii)** incluir as atividades de Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal (CNAE 49.30-2-01); Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional (CNAE 49.30-2-02), e; Operador de transporte multimodal – OTM (CNAE 52.50-8-05); no objeto social da Companhia para a filial com NIRE nº 35.900.965.494 e inscrita no CNPJ/MF sob nº 58.317.751/0002-05, promovendo-se a necessária reforma do Estatuto Social da Companhia em caso de aprovação da matéria; **(iii)** a abertura de filial da Companhia na localidade de São Paulo/SP para serviços de apoio administrativo, e; **(iv)** consolidar a nova versão do Estatuto Social da Companhia. **(14, 15 e 18/02/2025)**

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil


(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br



Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade





Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 14/02/2025

